



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



**PARCEIROS DE APOIO
PROGRAMÁTICO**

***REUNIÃO DE PLANIFICAÇÃO DO QAD 2014
AIDE-MÉMOIRE***

Maputo, 06 de Outubro de 2014

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO	3
II.	CONTEXTO MACROECONÓMICO.....	4
III.	PROGRESSOS EM RELAÇÃO AOS ASSUNTOS DE ATENÇÃO ESPECIAL DO GOVERNO E DOS PAPS	5
IV.	METAS DO QAD DO GOVERNO E DOS PAPS QUE CORREM O RISCO DE NÃO SEREM ATINGIDAS EM 2014.....	9
V.	BREVE DESCRIÇÃO SOBRE OS INDICADORES DO QAD DO GOVERNO E DOS PAPS E DAS METAS ACORDADAS PARA 2015.....	12
VI.	PROCESSO DA REFLEXÃO CONJUNTA SOBRE O QAD do GdM PÓS-2015.....	15
VII.	PRINCIPAIS ESTUDOS, AUDITORIAS E REVISÕES CONJUNTAS ACORDADAS ENTRE O GdM E OS PAPS PLANIFICADOS PARA 2015.....	16
VIII.	AUDITORIAS DE DESEMPENHO.....	16
IX.	RESULTADO DO SEGUIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA FINANCEIRA AO FLUXO DE FUNDOS PARA O APOIO AO ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2013.....	16
X.	LISTA DE ANEXOS	17
Anexo I:	QAD do GdM para 2015	
Anexo II:	QAD Dos PAPS para 2015	
Anexo III:	Notas Técnicas do QAD do Governo	
Anexo IV:	Notas Técnicas do QAD dos PAPS	
Anexo V:	Lista dos Documentos de Referência	
Anexo VI:	TdR da Reunião de Planificação do QAD 2014	
Anexo VII:	Relatórios dos Objectivos/Pilares e Grupos Temáticos	
Anexo VIII:	Nota Conjunta dos Princípios de Orientação do QAD Pós-2015	

LISTA DE ACRÓNIMOS

AAE	Assuntos de Atenção Especial
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
AGO	Apoio Geral ao Orçamento
AOD	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
AM	Aide Mémoire
BdPES	Balanço do Plano Económico e Social
CCD	Conselho Consultivo Distrital
CGE	Conta Geral do Estado
CUT	Conta Única do Tesouro
DTMaC	Diálogo Técnico em Matéria de anti-Corrupção
FMI	Fundo Monetário Internacional
FCs	Fundos Comuns
GdM	Governo de Moçambique
IGF	Inspensão Geral de Finanças
IOF	Inquérito ao Orçamento Familiar
MCA	Conta do Desafio do Milénio
MdE	Memorando de Entendimento
MF	Ministério das Finanças
MPE's	Médias e Pequenas Empresas
MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
OCIs	Orgãos de Controle Interno
ODAMOZ	Base de Dados
OE	Orçamento do Estado
PAFCoG	Grupo de Coordenação do Quadro de Avaliação de Desempenho (<i>Performance Assessment Framework Coordination Group</i>)
PAPs	Parceiros de Apoio Programático
PEFA	Avaliação da Despesa Pública e Responsabilidade Financeira
PIB	Produto Interno Bruto
PNISA	Plano de Investimento da Agricultura
QAD	Quadro de Avaliação de Desempenho
REO	Relatório de Execução do Orçamento do Estado
RP	Reunião da Planificação
RP-QAD	Reunião de Planificação do Quadro Avaliação de Desempenho
SC	Sociedade Civil
TARV	Tratamento Anti-Retroviral
TdR	Termos de Referência
TA	Tribunal Administrativo
TIP	Tratamento Intermitente Presuntivo
UIPs	Unidades de Implementação de Projectos

I. INTRODUÇÃO

1. O Governo de Moçambique (GdM), os Parceiros de Apoio Programático (PAPs) e seus Membros Associados e a Sociedade Civil (SC) reuniram-se no dia 06 de Outubro de 2014 para concluir o processo da Reunião de Planificação do Quadro de Avaliação de Desempenho (RP-QAD), tendo adoptado os Quadros de Avaliação do Desempenho (QAD) de 2015 e o presente *Aide Mémoire*.
2. De acordo com os Termos de Referência, o processo da RP-QAD 2014 não apreciou os instrumentos de Planificação e Orçamentação para 2015 e anos seguintes (Cenário Fiscal de Médio Prazo 2015-2017, Plano Económico e Social e Orçamento do Estado) em virtude dos mesmos serem objecto de aprovação do próximo Governo. Por conseguinte, não foram definidas metas indicativas para 2016 e 2017. Pela mesma razão, optou-se por não realizar um Observatório de Desenvolvimento. Assim, a RP-QAD focalizou-se sobre: (i) a definição de indicadores e metas do QAD para o ano 2015; e, (ii) o início da reflexão conjunta sobre o QAD pós 2015 visando a aprimorar o foco estratégico e a qualidade do QAD do Governo.
3. O processo da RP-QAD envolveu 11 Grupos Temáticos e diversos Grupos Sectoriais constituídos por representantes do Governo, Sociedade Civil (SC) e PAPs, distribuídos por três Objectivos orientadores e dois Pilares de Apoio, bem como o grupo de Assuntos Transversais, um grupo ligado à implementação do Memorando de Entendimento (MdE) e um Grupo de Coordenação da Reflexão Conjunta do QAD do GdM pós 2015. A análise foi feita ao nível dos grupos, e concluída, ao nível técnico, numa reunião do Grupo de Coordenação do Quadro de Avaliação de Desempenho (PAFCoG) realizada no dia 01 de Outubro de 2014.
4. Relativamente ao ponto de situação dos indicadores e metas do QAD em vigor (2014) e sobre os Assuntos de Atenção Especial do Governo, foi feita uma análise com base nos documentos de monitoria (Balanço do Plano Económico e Social – BdPES e Relatório de Execução do Orçamento do Estado – REO) para o primeiro semestre de 2014.
5. No decurso da RP, realizou-se a reunião de Diálogo Político tendo sido objecto de debate os seguintes assuntos: (i) Situação Fiscal; (ii) Eleições; (iii) Transparência Fiscal e, (iv) Futuro da Parceria.
6. O presente *Aide Mémoire* inclui os seguintes Anexos: (i) QAD do GdM para 2015; (ii) QAD dos PAPs para 2015; (iii) Notas Técnicas do QAD do GdM; (iv) Notas Técnicas do QAD dos PAPs; (v) Lista dos Documentos de Referência; (vi) TdR da Reunião de Planificação do QAD 2014; (vii) Relatórios dos Objectivos/Pilares e Grupos Temáticos; e, (viii) Nota Conjunta dos Princípios de Orientação do QAD do GdM Pós-2015.

II. CONTEXTO MACROECONÓMICO

7. Durante 2014, o contexto macroeconómico de Moçambique foi marcado pelo contínuo bom desempenho dos agregados macroeconómicos: o PIB cresceu em cerca de 7.5% durante o primeiro trimestre comparado com o período homólogo de 2013; os preços ao consumo continuaram com um comportamento estável (taxa de inflação 3.32% em Julho 2014); a taxa de câmbio do metical face às moedas dos principais parceiros comerciais manteve-se relativamente estável durante os primeiros oito meses de 2014; e o Banco de Moçambique manteve uma postura de política monetária prudente, tendo em vista o alcance dos objectivos macroeconómicos estabelecidos para 2014.
8. Em termos fiscais, a materialização da tributação de novas mais-valias em Fevereiro abriu espaço para uma revisão do OE de 2014, aprovada pela Assembleia da República em Agosto de 2014. Esta revisão permitiu a inclusão de novas despesas relacionadas com pacote eleitoral, financiamento as infra-estruturas no quadro da Conta do Desafio do Milénio (MCA), bem como recursos adicionais para os sectores prioritários.
9. No que concerne ao endividamento, no primeiro Semestre de 2014, o Governo de Moçambique contraiu créditos concessionais, no valor equivalente a 857.4 milhões de Dólares. No mesmo período, o Governo contraiu um empréstimo comercial no valor de 52 milhões de Dólares. No que diz respeito ao endividamento interno, via obrigações do Tesouro, situou-se em 2.522 milhões de Meticais.
10. As grandes linhas gerais de política fiscal para 2015 foram partilhadas durante a RP-QAD. As projecções fiscais para 2015 assentam nos pressupostos de um crescimento real de 8.2%, e inflação de 5.6%. O orçamento do Estado para 2015 prevê uma diminuição da despesa de 46.6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014 para 41.3% do PIB em 2015. O Défice Orçamental para 2015 está previsto em 12,6% do PIB que será financiado em cerca de 0,6% do PIB por crédito interno, contratação de donativos externos em 4,2% do PIB e por créditos externos em 7,7% do PIB. Este marco fiscal incorpora mais-valias de 146 Milhões de Dólares resultantes do saldo das receitas cobradas em 2014. Este cenário poderá sofrer algumas alterações mediante o início do novo Programa do Governo, que melhor se enquadrará na proposta do Orçamento do Estado (OE) para 2015, que será aprovado com a entrada do novo Governo eleito por sufrágio universal.
11. Os PAPs saudaram a partilha de informação sobre as projecções fiscais para 2015. No entanto, manifestaram preocupação em relação à sustentabilidade fiscal e indicaram que estarão atentos aos resultados da próxima Missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) que deverá emitir uma avaliação do quadro macroeconómico.

III. PROGRESSOS EM RELAÇÃO AOS ASSUNTOS DE ATENÇÃO ESPECIAL DO GOVERNO E DOS PAPs

12. Durante a Revisão Anual 2014, foram identificados Assuntos de Atenção Especial (AAE) em várias áreas. No presente documento é reportado o progresso alcançado até ao final da Reunião de Planificação.

ASSUNTOS CONJUNTOS

Aprimorar o foco estratégico dos indicadores do novo QAD do Governo com o objectivo de tornar o QAD mais estratégico e focalizado nas áreas de diálogo no quadro do Apoio Geral ao Orçamento (AGO), com vista a demonstrar a melhoria, a relevância e a eficácia desta modalidade de ajuda.

13. Durante a Reunião de Planificação de 2014 registaram-se avanços significativos no sentido de tornar o QAD um instrumento mais estratégico. Realizaram-se alguns ajustes aos indicadores do QAD 2015, os quais são resumidos na secção V e iniciou-se o processo de reflexão conjunta sobre o QAD do GdM pós 2015, cujos resultados detalhados na secção VI do presente Aide-Memoire, serão objecto de aprimoramento contínuo até à RP de Setembro de 2015, a ser aplicado no QAD de 2016.

Aprimorar o foco estratégico dos indicadores do novo QAD dos PAPs com o objectivo de melhorar a sua relevância e a eficácia.

14. Em paralelo com os esforços em curso para tornar o QAD do Governo mais estratégico, o Governo e os PAPs irão realizar conjuntamente, uma sessão de reflexão sobre o QAD dos PAPs, com o objectivo de identificar os princípios que devem orientar este instrumento no futuro. A reflexão incluirá uma análise dos factores internos e externos que têm vindo a influenciar o desempenho dos PAPs ao longo dos últimos anos, bem como uma análise do quadro mais amplo de alinhamento e harmonização da AOD em Moçambique. A reflexão deverá produzir *inputs* para o QAD dos PAPs a ser aplicado a partir de 2016.

O envolvimento dos PAPs nas reflexões em torno do futuro do PARP.

15. De referir que, o Governo comunicou formalmente, na última sessão do Diálogo Político de Maio sobre a decisão de estender o PARP (2009 – 2014), e em particular, a sua matriz estratégica por mais um ano (até 2015). Assim, o Governo (ao nível do Grupo de Direcção), já comunicou aos PAPs que está a desenvolver uma reflexão interna e que oportunamente os PAPs serão convidados a contribuir. Os PAPs reiteraram o seu interesse em participar activamente neste processo e em receber informação sobre o futuro quadro de políticas de redução da pobreza, de modo a viabilizar a preparação de novos programas de Apoio Geral ao Orçamento (AGO).

ASSUNTOS DO GOVERNO

Transparência Fiscal e Gestão dos Investimentos: Implementação do Plano de Acção sobre Transparência Fiscal com acções a curto e médio prazo (2014/2015), assim como uma agenda de médio prazo a ser desenvolvida em 2015, conforme acordado em Fevereiro 2014 e na base do relatório do FMI (*Fiscal Transparency Assessment*).

16. Das 5 acções que de acordo com o Plano de Acção deveriam ter sido implementadas até Setembro 2014, foram realizadas e verificadas três; uma não foi realizada dentro do prazo previsto e uma foi reprogramada devido ao atraso de uma assistência técnica do Banco Mundial (ver tabela abaixo). O diálogo sobre a agenda de médio prazo não se iniciou, uma vez que ainda não foi publicado o relatório do FMI (*Fiscal Transparency Assessment*). Os PAPs manifestaram o seu interesse em manter um diálogo mais substancial e aberto sobre o conteúdo das diferentes actividades do Plano de Acção e as suas implicações no que respeita aos riscos fiscais e a gestão de fundos públicos.

Quadro 1: Ponto de Situação da Implementação do Plano de Acção sobre Transparência Fiscal

Actividades programadas até Setembro 2014	Prazo	Ponto de Situação
1.Certificação pelo Tribunal Administrativo dos montantes pagos. Na eventualidade da existência de saldos em relação aos 350 Milhões de Dólares este deverá ser transferido para o Tesouro.	Finais de Março (indicativo)	Realizado (Não existem saldos).
2.Envio de uma carta pelo MF à EMATUM informando sobre mecanismo de controlo financeiro da empresa.	Março 2014	Realizado.
3.Submissão pela empresa de relatórios trimestrais (MF e MPescas) à semelhança dos requisitos aplicados às Empresas Públicas que recebem subsídios do Estado.	A partir de Julho 2014	Realizado. O relatório foi submetido pela EMATUM. O economista chefe teve acesso ao relatório
4.Criação de uma Unidade de Risco Fiscal no Ministério de Finanças	Elaboração de TdR de Unidade: Agosto 2014	Reprogramado devido ao atraso da assistência técnica do Banco Mundial. Novo prazo: Dezembro 2014
	Definir os perfis profissionais dos técnicos: Setembro 2014	
	Elaborar o plano de formação: Setembro 2014	
	Criar a unidade: 2015	
5.Publicação do Plano Integrado do Investimento (PII) revisto com a inclusão de informação financeira para projectos com financiamento assegurado contribuindo assim para o processo de Análise da Sustentabilidade da Dívida e a elaboração do CFMP.	Junho 2014	O prazo não foi cumprido. A revisão do PII ainda está em curso. A revisão vai incluir informação financeira para projectos com financiamento assegurado e uma tabela resumo com informação adicional sobre os projectos incluídos no PII.

Combate à Corrupção: (i) implementação efectiva do pacote Anti-Corrupção e leis existentes incluindo o enfoque ao nível dos sectores; (ii) aprofundar o diálogo no âmbito da parceria, visando a aprendizagem mútua; (iii) operacionalização de um fórum de diálogo de nível técnico, a funcionar com

periodicidade semestral, coordenado pelo **Secretário Permanente**, com envolvimento dos diferentes sectores sobre matérias relacionadas com anticorrupção, na base de Termos de Referência a ser acordados e; (iv) reforço da implementação da declaração de bens.

17. Quanto à **implementação efectiva do pacote Anti-Corrupção e leis existentes**, foram aprovados e estão em implementação 22 Planos Sectoriais de Combate à Corrupção ao nível dos órgãos centrais, 01 ao nível provincial (Governo da Província de Inhambane) e 02 de instituições subordinadas e tuteladas. Quanto à monitoria de Conflitos de interesse, segundo a informação circulada, a Comissão Central de Ética Pública produziu 12 deliberações. Ainda não há informação sobre os resultados e impactos da implementação das leis. Das duas leis pendentes para aprovação, de referir que o Código Penal foi já aprovado e promulgado, enquanto o Código do Processo Penal está ainda por aprovar. No entanto, ainda constitui um desafio a disponibilização de documentos de suporte com informação sobre os resultados e impactos que permitam aferir a implementação efectiva do pacote anti-corrupção.
18. No que diz respeito ao **aprofundamento do diálogo e à operacionalização de um fórum de diálogo de nível técnico**, houve alguns avanços no sentido de se estabelecer a Plataforma de Diálogo Técnico em Matéria de anti-Corrupção (DTMaC), como forma de alargar e aprofundar o diálogo entre o Governo e os Parceiros, para fins de aprendizagem mútua.
19. Quanto ao **reforço da implementação da Declaração de Bens**, foi aprovado em sede do Conselho de Ministros o novo Modelo de Declaração de Bens que tornará o processo mais abrangente nos termos previstos na lei.

Crescimento Inclusivo: Criação de emprego, e oportunidades para pequenas e médias empresas e na agricultura de pequena escala; no que concerne: (i) análise dos constrangimentos ao crescimento entre as PMEs e na agricultura de pequena escala, incluindo como abordar o assunto de qualificações técnico-profissionais; (ii) debate sobre como apoiar o desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas; e (iii) num diálogo aberto sobre o perfil da despesa no sector agrário e a sua coerência com os objectivos do sector. Os PAPs estão também disponíveis para apoiar novos diagnósticos e análises, processos de consultas para formulação de planos tendentes a combater a pobreza e crescimento inclusivo.

20. No âmbito da RP-QAD iniciou-se um **diálogo sobre o conceito de crescimento inclusivo em Moçambique** e as políticas do Governo que podem incidir positivamente no desenvolvimento das pequenas e médias empresas, no incremento da produtividade no sector agrário e na diversificação e gradual transformação da economia. O carácter multisectorial e multidimensional do crescimento inclusivo representa um desafio, dado que requer coordenação entre várias instituições do Governo e coerência entre políticas e estratégias em diferentes sectores. Neste sentido, o Governo e os parceiros concordaram sobre a necessidade de ter uma análise mais aprofundada sobre o ritmo e o padrão de crescimento em Moçambique e o papel do Governo no apoio à transformação económica. Foi acordado utilizar o grupo temático de Crescimento Inclusivo e Estabilidade Macroeconómica, liderado pelo

Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), com o objectivo de promover a análise e o diálogo multisectorial sobre o conceito de crescimento inclusivo e as políticas e estratégias do Governo neste âmbito.

21. No que se refere ao **desenvolvimento da agricultura de pequena escala e à despesa do sector agrário**, em 2014 o Governo tem assumido uma série de compromissos, através, por exemplo, da Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional, para levar a cabo reformas políticas em áreas chaves para o desenvolvimento do sector agrícola. Em relação às despesas no sector agrário, o Governo, em colaboração com os Parceiros, realizou um exercício para analisar o grau de alinhamento do orçamento actual com o Plano de Investimento da Agricultura (PNISA). Este exercício constitui uma base para continuar o processo de alinhamento dos instrumentos de planificação e orçamentação do sector com o PNISA.

ASSUNTOS DOS PARCEIROS DE APOIO PROGRAMÁTICO

Regularidade e qualidade da informação reportada à Base de Dados ODAMOZ

22. Os PAPs, através do Grupo de Análise de Orçamento, têm estado a trabalhar em estreita colaboração com o MPD para assegurar a actualização atempada e correcta da base de dados. Para este efeito, o MPD tem periodicamente circulado informação sobre a qualidade de informação na base de dados e sinalizados os momentos-chave que requerem preenchimento e actualização de informação.
23. Ainda assim, constitui um desafio o preenchimento correcto da base de dados, bem como a melhoria do mecanismo de controle da qualidade de informação reportada por todos os PAPs.
24. Em resposta a este desafio, propõe-se que seja revitalizado o Comité Coordenador, incorporando representantes dos PAPs, do MPD e o do Ministério de Finanças, de forma a aprimorar a qualidade da informação na base de dados ODAMOZ e também na componente externa do Orçamento do Estado, bem como para aperfeiçoar a monitoria dos compromissos e desembolsos.

Aprimoramento da previsibilidade dos compromissos e desembolsos de Apoio Geral ao Orçamento bem como dos Fundos Comuns.

25. De forma geral, existe um esforço do lado dos Parceiros no sentido de providenciar informação sobre os compromissos em tempo oportuno, bem como de efectuar os desembolsos em conformidade com os planos. No entanto, durante 2014, questões relacionadas com a transparência fiscal fizeram com que alguns dos Parceiros se vissem na impossibilidade de efectuarem atempadamente os seus desembolsos para o Apoio Geral ao Orçamento

26. Os PAPS não conseguiram assegurar a previsibilidade desejada em termos dos compromissos de AGO para 2015. Vários Parceiros não indicaram um compromisso para 2015 ou assumiram um compromisso indicativo, devido a decisões internas a e/ou mudanças nas políticas de AGO. Um parceiro condicionou o seu compromisso aos progressos alcançados na implementação dos Assuntos de Atenção Especial do Governo.
27. Em relação aos Fundos Comuns, tal como no passado, verificam-se situações em que os desembolsos são adiados condicionados à baixa execução financeira das instituições beneficiárias ou por não se ter cumprido com os requisitos estabelecidos nos acordos de financiamento.

IV. METAS DO QAD DO GOVERNO E DOS PAPS QUE CORREM O RISCO DE NÃO SEREM ATINGIDAS EM 2014

28. No que diz respeito às metas para 2014 constantes no QAD do Governo, a RP 2014 notou que do total de 33 indicadores, 9 poderão não alcançar as respectivas metas:
29. No primeiro objectivo **Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira**, do total de 6 indicadores, apenas 1 indicador corre risco da respectiva meta não ser alcançada:
- **Indicador 5:** Número de infra-estruturas de apoio à pesca artesanal construídos (não cumulativos). *As razões da meta correr o risco de não ser cumprido deve-se ao término da conclusão da obra de construção do mercado de peixe de Maputo, em 2015 e o cancelamento da construção do mercado de Peixe de Tete*
30. No que concerne ao segundo objectivo **Promoção de Emprego**, do total de 2 metas, prevê-se que 1 não seja alcançada até ao final do ano.
- **Indicador 8:** Número de postos de trabalho potencialmente criados com a abertura de empresas no âmbito do regime do Licenciamento Simplificado. *As razões do indicador correr o risco de não alcançar a meta prendem-se com o número reduzido de postos de trabalho gerados no 1º Semestre de 2014, cerca de 14 000, representando um incremento de 28%, sendo a meta de 70%.*
31. Quanto ao terceiro objectivo **Desenvolvimento Humano e Social**, dos 10 indicadores, 2 poderão não alcançar as metas fixadas:
- **Indicador 14:** Alunos por professor no ensino primário do 1º grau (1ª à 5ª classe) (ensino público, diurno). *O risco de não cumprimento da meta estabelecida para este indicador está associado às mesmas razões recorrentemente apresentadas nos anos anteriores: o crescimento do número de alunos no ensino primário, a perda de professores conjugado com atrasos nos processos de substituição e contratação, entre outras.*

- **Indicador 19:** N° de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas construídas em zonas urbanas e peri-urbanas”. O nível de cumprimento da meta deste indicador pode estar sub-reportado devido a falta de informação compilada sobre os sub-indicadores relacionados com as ligações a redes de esgotos e fossas sépticas construídas. Por outro lado, há fragilidades qualitativas na informação sobre o desempenho deste indicador ao nível dos Municípios.

32. Relativamente ao Pilar de Apoio da **Boa Governação**, na base do desempenho registado até ao momento nos 6 indicadores do QAD 2014, prevê-se que 3 metas não sejam alcançadas:

- **Indicador 21:** *Cartas de Serviços publicadas e operacionalizadas. O risco de não cumprimento da meta deste indicador deve-se ao facto de a meta para o nível distrital não poder ser atingida dentro dos prazos previstos.*
- **Indicador 25:** *Número de casos julgados por ano. O indicador corre o risco de não ser atingido dado que no primeiro semestre alcançaram 38.193 processos julgados, contra a meta de 5% de aumento em relação ao número total de processos julgados no ano anterior, ou seja em 2013, alcançaram 104.334 processos julgados.*
- **Indicador 26:** *Implementação efectiva do pacote legislativo Anti-Corrupção: Acções de preparação e resultados. A avaliação deste indicador continua sendo crítica, fundamentalmente, por exiguidade de informação, pois da informação circulada não há evidências de tramitação de casos de conflito de interesse e registo sistemático das declarações de bens pelos servidores públicos nos termos previstos na Lei da Probidade.*

33. O **Pilar de Apoio - Macroeconomia e Gestão de Finanças Públicas** compreende 9 indicadores dos quais 2 metas correm o risco de não ser alcançadas:

- **Indicador 28:** *Taxa de Execução Orçamental Agregada e Sectorial. A meta corre o risco de não ser atingida dado que, se registou um baixo nível de execução nos sectores da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Obras Públicas, onde os níveis de execução estão aquém dos 50% esperados para o primeiro Semestre 2014.*
- **Indicador 35:** *Elaboração da análise da pobreza com base na produção do Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF).*

34. Do total dos 9 indicadores cujas metas correm o risco de não serem atingidas, a RP aponta para a necessidade de se imprimir maior esforço em relação aos desafios identificados.

QAD dos PAPs

35. No que diz respeito às metas para 2014 constantes no QAD dos PAPs, uma avaliação preliminar indica que, do total de 23 indicadores, 10 metas correm o risco de não serem alcançadas até ao final deste ano:

Nos **indicadores especificamente relacionados com o AGO**, os 4 indicadores correm risco de não atingir as suas metas:

- **Indicador 1:** *% de Apoio Geral ao Orçamento no total de AOD desembolsado ao Governo.* “O facto de se estar em final de ciclo dos seus programas, a retirada de alguns parceiros da modalidade do AGO por mudanças em políticas e questões associadas à transparência fiscal, são factores que explicam o não alcance da meta.
- **Indicador 2:** *Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.* Durante o 2014, questões relacionadas com a transparência fiscal fizeram com que alguns dos Parceiros se vissem na impossibilidade de efectuarem atempadamente os seus desembolsos para o Apoio Geral ao Orçamento.
- **Indicador 3:** *Percentagem dos PAPs com programas multianuais não inferiores a 3 anos.* O facto de o PARP e o Memorando de Entendimento para AGO estarem previstos para finalizar em 2014 bem como mudanças em políticas de AGO nalguns países parceiros são factores que contribuem para explicar por que a meta não será alcançada.
- **Indicador 4:** *Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE.* Tomando em conta que 3 dos parceiros tem condicionalidades previstas no Anexo 10 do Memorando de Entendimento não há condições para que o indicador seja atingido.
- **Indicador 5:** relacionado com o objectivo **Composição do Portfólio:** *% de Ajuda Programática no total de APD desembolsado ao Governo* poderá não ter a sua meta alcançada considerando atrasos nos desembolsos dos montantes acordados.

36. No concernente aos indicadores de **Previsibilidade e Transparência**, as metas de 1 indicador poderão não ser alcançadas, nomeadamente:

- **Indicador 6:** *Variação entre o valor total de apoio ao orçamento e fundos comuns comprometidos no ano n-1 e o valor desembolsado no ano n.* Questões relacionada com transparência fiscal e a baixa execução dos sectores tem afectado os desembolsos do AGO e do apoio aos Fundos Comuns.

37. Em relação aos indicadores de **Harmonização e Alinhamento**, as metas de 4 indicadores poderão não ser alcançadas, nomeadamente:

- **Indicador 15:** *Número de sectores de intervenção por PAPs.* A meta definida para este indicador é menos de 4 sectores, sendo que no ano passado o resultado real foi de 6 sectores. Devido ao facto de a intervenção nos sectores ser resultado de programas definidos e em implementação, a sua mudança implica a mudança da abordagem dos mesmos o que faz com que seja um processo lento. Desse modo, à medida que novos programas vão sendo aprovados é que se tornará mais fácil acomodar a questão relacionada como o número de sectores de intervenção.
- **Indicador 16:** *% da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) ao Governo dos PAPs que utiliza a Conta Única do tesouro (CUT).* O desempenho neste indicador é influenciado sobremaneira pelos desembolsos para os Fundos Comuns (FCs) e AGO que como mencionado anteriormente poderão não ser efectuados nos montantes inicialmente previstos.
- **Indicador 17:** *% da Ajuda Publica ao Desenvolvimento (APD) ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros.* Apesar de se registarem avanços importantes na capacidade das instituições do Governo na preparação de relatórios financeiros, é preciso reforçar, ainda mais, esta capacidade. Por parte dos Parceiros também é importante harmonizar e alinhar os requisitos dos relatórios financeiros para facilitar o uso de procedimentos nacionais. A nível dos diferentes programas ou projectos também é preciso analisar a viabilidade dos relatórios elaborados de forma que apresentem tanto a informação sobre os fundos internos e externos e assim sirvam os dois propósitos.
- **Indicador 23:** *Número de Unidades de Implementação de Projectos (UIPs) paralelas.* Na mesma linha do indicador 15, os avanços no alcance da meta deste indicador requer tempo dado que o seu desempenho depende do desenho de novos programas e o fecho gradual de programas de apoio que têm unidades de implementação paralelas.

V. BREVE DESCRIÇÃO SOBRE OS INDICADORES DO QAD DO GOVERNO E DOS PAPS E DAS METAS ACORDADAS PARA 2015

38. A RP QAD acordou os indicadores do QAD do Governo e dos PAPs para 2015, conforme os anexos I e II.

QAD do Governo

39. Durante a Revisão Anual de 2014, foram identificados 9 indicadores para serem melhorados e/ou ajustados e serem adoptados formalmente durante este processo da Reunião de Planificação. Foram acordados os seguintes indicadores:

- **Indicador 6:** *“Número cumulativo de sectores/instituições e províncias que integram acções redução de risco a calamidades naturais, adaptação e mitigação às mudanças climáticas no processo de planificação”.* A Reunião de Planificação concordou em retirar o indicador da matriz do QAD 2015.

- **Indicador 8:** NOVO INDICADOR: *“Simplificação do ciclo de negócios”*. ANTIGO INDICADOR: *“Número de postos de trabalho potencialmente criados com abertura de empresas no âmbito do regime do Licenciamento Simplificado”*. Aguarda-se a finalização da meta e Nota Técnica até o dia 31 de Outubro.
- **Indicador 9:** ANTIGO INDICADOR: *“% de Médias e Pequenas Empresas (MPE’s) contratadas nos concursos públicos de pequena dimensão”*. Foi apresentada uma nova proposta de Indicador que está em discussão cujo fecho é aguardado até ao dia 31 de Outubro.
- **Indicador 10:** ANTIGO INDICADOR: *“Número de sectores abrangidos pelo sistema de certificação de competências (Não cumulativo)”*. Foram apresentadas duas propostas de Indicador que estão em discussão aguardando-se por um consenso final até ao dia 31 de Outubro.
- **Indicador 22:** *“Número de distritos com o Relatório anual de Desempenho dos Processos Distritais, elaborado com base no Sistema de Monitoria de Desenvolvimento Distrital aprovado pelo Governo Distrital, validado pelo CCD e com resultados do desempenho publicados”*. A discussão do indicador ainda está em curso, esperando-se por um consenso final até ao dia 31 de Outubro.
- **Indicador 23:** *“Crescimento do Orçamento executado a nível subnacional”*. A discussão da Nota Técnica ainda está em curso, esperando-se por um consenso final até ao dia 31 de Outubro.
- **Indicador 29:** *“Melhoria da cobertura e abrangência da CGE”*. Nota Técnica revista.
- **Indicador 32:** *“% de Processos de Auditoria Julgados, com Acórdãos enviados à Publicação”* Nota Técnica revista.
- **Indicador 35:** NOVO INDICADOR: *“Elaboração da análise preliminar da pobreza multidimensional não relacionada com o consumo com base nos primeiros dois trimestres do IOF”*. ANTIGO INDICADOR: *“Elaboração da análise da pobreza com base na produção do Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF)”*.

40. Adicionalmente, foram indicados nos TdR da RP-QAD outros indicadores a serem revistos para o QAD 2015, com carácter não vinculativo e dependendo, assim, dos resultados do diálogo a nível dos sectores. Foram acordados os seguintes indicadores:

- **Indicador 5:** ANTIGO INDICADOR: *“Número de infra-estruturas de apoio a pesca artesanal construídos (não cumulativos)”* Indicador em discussão, aguarda-se um consenso final até ao dia 31 de Outubro.

- **Indicador 11:** “Taxa de cobertura dos partos institucionais”. Manteve-se o indicador.
- **Indicador 13:** “Taxa líquida de escolarização aos 6 anos, total e raparigas”. Manteve-se o indicador.
- **Indicador 17:** NOVO INDICADOR: “Número e percentagem de adultos elegíveis para o tratamento que recebem o TARV combinado segundo os protocolos nacionais para 2015.” ANTIGO INDICADOR: “% de mulheres grávidas que recebem pelo menos duas doses de tratamento intermitente presuntivo (TIP) dentre as utentes das consultas pré-natais”.
- **Indicador 21:** “Cartas de Serviços publicadas e operacionalizadas”. A discussão do indicador ainda está em curso, esperando-se por um consenso final até ao dia 31 de Outubro.
- **Indicador 24:** “Número de casos de corrupção e conexos: a) processos pendentes; b) Processos entrados; c) Tramitados: (i) Acusados, (ii) Despacho de abstenção: aguarda produção de melhor prova e arquivados; (iii) Arquivados na fase pré processual; d) Julgado; e) Condenados; f) Valores: (i) Envolvidos, (ii) Recuperados”. Manteve-se o indicador.
- **Indicador 25:** ANTIGO INDICADOR: “Número de casos julgados por ano”. A discussão do indicador está em discussão, esperando-se por um consenso final até ao dia 31 de Outubro.
- **Indicador 26:** “Implementação efectiva do pacote legislativo Anti-Corrupção: Acções de preparação e resultados”. Manteve-se o indicador.
- **Indicador 31:** “% de Recomendações implementadas pelas entidades auditadas/inspeccionadas pelos Órgãos de Controle Interno (OCI’s), IGF e TA (Relatório e Parecer a CGE)”. Manteve-se o indicador. Foi revista a Nota Técnica e as metas para 2015.
- **Indicador 34:** “Melhoria da transparência na gestão das receitas de exploração de recursos minerais”. Manteve-se o indicador. Foi revista a Nota Técnica e as metas para 2015.

QAD dos PAPs

41. Durante a Revisão Anual 2014, foram identificados 3 indicadores para serem melhorados e/ou ajustados, e serem adoptados formalmente durante este processo da Reunião de Planificação. Foram acordados os seguintes indicadores:

- **Indicador 5:** *Percentagem de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado ao Governo.* Foi alargada a definição de apoio programático para acomodar os “Outros Apoios Programáticos” para reflectir os esforços dos parceiros de alinhamento com as políticas e sistemas nacionais.

- **Indicador 11:** *% de AOD desembolsada pelos PAPs ao Governo no ano N em relação ao AOD que foi planificada para ser desembolsada pelos PAPs ao Governo no ano N.*
O indicador será reformulado para captar o rácio entre o AOD dos PAPs registado no REO e o AOD total desembolsado para o Governo no ano N. O novo indicador será “% de AOD desembolsada pelos PAPs ao Governo no ano N registado no REO em relação ao Total de AOD desembolsada pelos PAPs ao Governo no ano N”.

- **Indicador 14:** *Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada (para se fazer a análise e redigir o relatório do desempenho dos Parceiros).*
Concordou-se modificar a Nota Técnica para uma meta grupal percentual na base da qual se avaliará a proporção de parceiros que enviam os respectivos questionários dentro do prazo estabelecido.

VI. PROCESSO DA REFLEXÃO CONJUNTA SOBRE O QAD do GdM PÓS-2015

42. Durante a Reunião de Planificação de 2014 iniciou-se o processo de reflexão conjunta sobre o QAD do GdM pós 2015, uma prioridade identificada durante as Revisões Anuais de 2013 e 2014. Esta reflexão está também ligada ao processo de revisão do Memorando de Entendimento (MdE), o qual deve culminar num novo MdE até Setembro 2015. No âmbito da reflexão, um grupo de coordenação constituído por representantes do Governo e dos Parceiros, elaborou uma Nota Conjunta que define os princípios que deverão orientar o QAD do GdM pós-2015 e um roteiro dos passos seguintes a serem observados no seguimento do trabalho de reforma do QAD (vide Anexo VIII). Também foi realizado um trabalho ao nível dos sectores, os quais deram contributos a partir da perspectiva sectorial que alimentarão os próximos passos.
43. De modo resumido, o Governo e os PAPs concordaram que, a médio prazo, seria importante ter um QAD do GdM que cumpre os seguintes princípios: (i) Foco nos objectivos estratégicos do AGO; (ii) Gerido ‘de cima para baixo’ (ao nível estratégico) pelo Comité de Direcção, de modo a garantir o foco estratégico; (iii) Garantir a aplicação dos princípios de definição de qualidade dos indicadores acordados a nível técnico, durante o processo de revisão do MdE; e (iv) Definir claramente dois níveis de indicadores: (a) resultados/produtos; e (b) acções do GdM que contribuam para atingirem os mesmos.
44. Foram definidas várias fases para a continuação do processo de reflexão conjunta: (i) Definir Princípios e Áreas Estratégicas - durante o processo da Reunião de Planificação de 2014 (Setembro de 2014); (ii) Acordar Sub-Áreas - no período entre Outubro e Novembro de 2014; (iii) Identificar os indicadores mais relevantes nas Sub-Áreas no período entre Fevereiro e Abril de 2015; e, (iv) Definir Metas e Notas Técnicas - no período entre Maio a Setembro de 2015.

VII. PRINCIPAIS ESTUDOS, AUDITORIAS E REVISÕES CONJUNTAS ACORDADAS ENTRE O GdM E OS PAPs PLANIFICADOS PARA 2015

45. Durante 2015, prevê-se a realização do seguinte estudo e das seguintes auditorias e revisões conjuntas:
- Avaliação da Despesa Pública e Responsabilidade Financeira - PEFA (MF)

VIII. AUDITORIAS DE DESEMPENHO

46. A auditoria de desempenho ao **sector das calamidades** foi concluída em 2013 e foram produzidas 59 recomendações das quais 39% de implementação imediata foram cumpridas, sendo que as restantes encontram-se na fase de implementação. Quanto ao acompanhamento das recomendações da auditoria de desempenho ao **sector de acção social**, cabe destacar que o relatório final não foi emitido até Maio 2014, estando em curso a elaboração do plano de acção por parte do sector, o qual será sujeito ao acompanhamento pela IGF em 2015.
47. O Aide Mémoire da Revisão Anual de 2014 indicou a realização de uma Auditoria de Desempenho ao **Sector dos Transportes**, a ser levada a cabo pela IGF. Todavia, constatou-se que o mesmo sector foi recentemente sujeito a uma auditoria de desempenho pelo Tribunal Administrativo, a qual está na fase de contraditório. Uma vez finalizado o relatório, será partilhado com os parceiros para ser utilizado na Revisão Anual de 2015.
48. Realizou-se durante a Reunião de Planificação a **reflexão sobre o processo e uso mais eficaz de auditorias de desempenho** previsto no Aide Mémoire da Revisão Anual 2014. Constatou-se que tanto o Tribunal Administrativo como a IGF realizam auditorias de desempenho que poderiam satisfazer a exigência do MdE de se realizar anualmente uma auditoria de desempenho por um órgão de auditoria do Governo. Constatou-se igualmente que será importante evitar sobreposições e garantir a disponibilização atempada dos relatórios. Para efeitos de planificação de 2015, propôs-se que a decisão sobre qual será a auditoria de referência para a Revisão Anual 2016 seja tomada até Fevereiro 2015, baseada numa planificação coordenada entre a IGF, o TA e os PAPs.

IX. RESULTADO DO SEGUIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA FINANCEIRA AO FLUXO DE FUNDOS PARA O APOIO AO ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2013

49. Durante a presente RP foi realizado um trabalho de seguimento da auditoria ao fluxo de fundos do AGO de 2013, com o objectivo de verificar o ponto de situação sobre as questões e recomendações levantadas no processo de auditoria.

50. Com vista a garantir melhorias significativas no processo de auditoria e seus resultados, de 2015 em diante, foi acordado entre o Governo e os PAPs: i) um guião para a gestão do processo de auditoria; definição dos requisitos dos documentos e informação sobre os desembolsos e fluxo de fundos; ii) introdução de elementos de clarificação dos requisitos para o trabalho do auditor nos Termos de Referência (TdR) para a auditoria; iii) proposta de calendário para a auditoria ao fluxo de fundos de 2014 e instituições/pessoas responsáveis da parte do Ministério das Finanças, Banco de Moçambique e PAPs (incluindo principais fases de gestão do processo); iv) avaliação do ponto de situação em 2014, em relação às questões levantadas na auditoria anterior.

X. LISTA DE ANEXOS